

IMPÉRIO ECONÔMICO

GLOBALIZAÇÃO: IMPÉRIO E REVERSÃO NEOCOLONIAL

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.

São Paulo, Brasil

Em seu afã de acumular lucro, o capital não respeita qualquer tipo de fronteira, buscando oportunidades de negócios onde quer que elas estejam. É a natureza insaciável do processo de acumulação que transforma o capitalismo em um modo de produção expansivo, que funciona como um sistema econômico mundial.

A formação de uma ordem global

A profunda transformação no padrão de desenvolvimento capitalista das últimas três décadas foi provocada por uma onda de inovações tecnológicas e por um conjunto de iniciativas para a liberalização econômica. Estas transformações, lideradas pelas grandes empresas multinacionais e pelo Estado norte-americano, acabaram gerando uma brutal ampliação da capacidade de o capital financeiro explorar a força de trabalho mundial.

O salto na produtividade do trabalho decorrente da introdução de novas tecnologias propiciou, ao substituir trabalhadores por máquinas, uma substancial desvalorização da força de trabalho. A crise estrutural de desemprego daí decorrente enfraqueceu de maneira dramática o poder da classe operária, com sérias implicações sobre sua capacidade de pressionar por aumentos de salário real e melhorias nas políticas sociais.

A maior produtividade do trabalho também gerou uma crise de superprodução, dando início a uma feroz disputa pelos mercados mundiais. A dinâmica predatória da concorrência (baseada na usurpação de posições estabelecidas) desencadeou uma nova rodada de concentração e centralização de capitais que reforçou ainda mais o poderio tecnológico e financeiro das grandes empresas multinacionais. Na periferia do sistema capitalista mundial, tal dinâmica resultou em uma avassaladora desnacionalização da economia, bem como em grande destruição do parque industrial que se tornou obsoleto em relação às novas tecnologias.

O aumento nas escalas de produção fez com que os grandes conglomerados internacionais redefiniram seus vínculos com as economias nacionais. A necessidade de espaços econômicos mais amplos, que tendem a ultrapassar as fronteiras nacionais, impulsionou um movimento de transnacionalização do capitalismo. Paralelamente, a maior mobilidade espacial dos capitais, potencializada pela integração do sistema financeiro internacional, tor-

nou possível rápidos deslocamentos de enormes massas de capitais entre os diferentes países, comprometendo o controle das sociedades nacionais sobre o capital estrangeiro.

O enfraquecimento do trabalho em relação ao capital, o extraordinário fortalecimento das empresas multinacionais e a elevadíssima mobilidade dos capitais provocaram uma grave crise do Estado nacional. No plano econômico, as unidades nacionais encontraram crescentes dificuldades para preservar a integridade de seus sistemas econômicos e, como conseqüência, para garantir empregos a todos os trabalhadores. No plano político, a disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirrou as rivalidades entre Estados nacionais.

A lógica de império dos blocos econômicos

Sem questionar os mecanismos que impulsionam o processo de globalização dos negócios, as economias centrais têm procurado amenizar as conseqüências mais nefastas deste processo sobre suas sociedades, lançando mão de agressivas políticas neomercantilistas, que acirram o estado de «guerra econômica». Obrigados a concorrer para atrair investimentos produtivos, preservar a estabilidade da moeda e defender o emprego industrial, os países desenvolvidos desencadearam uma corrida para transformar o espaço econômico ao qual se vinculam em base estratégica da concorrência capitalista mundial.

Sob a palavra de ordem «somos os melhores, os outros que se danem», as grandes potências capitalistas organizaram uma ordem econômica internacional que funciona na base do «dois pesos e duas medidas». De um lado, pressionam pela liberalização dos mercados externos; e, do outro, defendem com unhas e dentes seus mercados internos com medidas protecionistas. Para fomentar a liberalização, os países desenvolvidos mobilizam o FMI, o BM e a OMC. E para defender os interesses corporativos de seus capitais e de seus sindicatos, adotam um complexo emaranhado de medidas protecionistas. É dentro deste contexto que devemos compreender o esforço de formação de grandes blocos econômicos: o Nafta e, agora, a Alca, liderado pelos EUA; a União Européia, em torno da economia alemã; e a Bacia Asiática, que tem no Japão sua principal referência.

Contudo, como é um contra-senso imaginar que todas as economias possam ser consideradas, ao mesmo tempo, áreas prioritárias de interesse do capital internacional, o esforço de criar um espaço econômico diferenciado instaura um padrão de concorrência perverso, intrinsecamente imperialista, no qual o sucesso de uma região depende necessariamente da depreciação das outras. Na era da globalização, o sistema capitalista mundial encontra-se, portanto, completamente destituído de propriedades civilizatórias. No capitalismo contemporâneo, a grande maioria da população mundial está condenada a viver em Estados nacionais que não têm a mínima condição de evitar (ou atenuar) os efeitos nefastos do capitalismo sobre a vida das pessoas.

A necessidade de suplantar as vantagens concedidas ao capital pelas regiões concorrentes constitui uma verdadeira tarefa de Sisifo. É este esforço que alimenta uma seqüência infundável de reformas econômicas liberalizantes, cuja essência consiste em ampliar os negócios do capital às custas dos direitos da coletividade e da capacidade de o Estado nacional impor limites à acumulação. Ao submeter a coletividade aos seus ditames, o capital financeiro sacraliza a sua agenda política. A liberalização do comércio, dos investimentos estrangeiros e dos fluxos financeiros internacionais, a aprovação de leis de patentes que garantam o monopólio das novas tecnologias, a flexibilização das relações de trabalho, a privatização do patrimônio público, a desregulamentação da economia, a estabilidade a qualquer custo da moeda, o ajuste fiscal permanente... tornam-se imperativos da política econômica.

AL: Nova dependência e reversão neocolonial

As tendências responsáveis pela crise do Estado nacional têm-se manifestado com força redobrada nas regiões que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial. Vulneráveis à fúria da concorrência global e ao arbítrio dos países centrais, as economias dependentes ficam sujeitas a processos catastróficos de desestruturação econômica.

Na América Latina, área de influência dos Estados Unidos, a globalização desencadeou um processo de reversão neocolonial que coloca em questão a própria sobrevivência de nossos Estados nacionais. Deixando de lado qualquer prurido, os EUA passaram a exigir que os países da região, todos dependentes da «boa vontade» dos organismos internacionais para rolar as suas dívidas externas, aderissem incondicionalmente ao liberalismo.

A adoção do receituário do consenso de Washington afastou o desenvolvimento nacional do horizonte de possibilidades da AL. Transformadas em meros «mercados

emergentes», as economias latino-americanas viraram um grande negócio, tornando-se alvo de verdadeiras operações de pilhagem por parte de grandes conglomerados internacionais interessados em: tirar proveito das privatizações, fusões e aquisições; utilizar o poder de monopólio para controlar segmentos inteiros do mercado nacional; aproveitar a fragilidade financeira para extorquir polpudos benefícios fiscais e financeiros; participar de movimentos especulativos contra a moeda nacional; explorar vantagens comparativas decorrentes do controle de matérias-primas estratégicas e mão-de-obra barata.

O balanço de mais de duas décadas do experimento liberal na AL é sombrio. A concentração do progresso técnico nas economias centrais reforçou dramaticamente a dependência tecnológica da região. Vulnerável à concorrência de produtos importados, o parque industrial das economias latino-americanas – a coluna vertebral de qualquer economia – começou a ser desmantelado. Sem condições de atender os requisitos técnicos, financeiros e de escala mínima necessários para a absorção das novas tecnologias, suas economias ficaram impossibilitadas de aproveitá-las para modernizar suas forças produtivas. Os poucos países da região que, depois de muito esforço, conseguiram avançar no processo de industrialização, foram condenados a retroceder na história e a revitalizar seus complexos exportadores, baseados na produção de matérias-primas, produtos agrícolas e manufaturados sem tecnologia.

A interminável crise de sobreendividamento externo constitui uma diabólica armadilha a reforçar a dependência financeira. À mercê das vicissitudes das finanças internacionais e da tutela do FMI e do BM, a região viu-se forçada, ora a gerar megasuperávits comerciais, destinados a pagar o serviço da dívida externa, ora a produzir megadéficits comerciais para viabilizar a compra maciça de produtos estrangeiros e a absorção do excesso de liquidez nos mercados financeiros internacionais. O programa de ajustamento sem fim ditado pelos organismos internacionais condenou a AL à estagnação.

Por fim, a hegemonia da ideologia neoliberal levou ao paroxismo a dependência cultural, tornando nossas sociedades particularmente vulneráveis ao processo de americanização dos estilos de vida e dos padrões de consumo. Paralelamente, o ataque ao Estado comprometeu a integridade dos centros internos de decisão, deixando os países da região impotentes diante das ações de pilhagem do grande capital – nacional e internacional. Sujeita ao capricho do mercado, a AL ficou desprotegida num marco histórico extraordinariamente adverso, que compromete o seu futuro.